O PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

VANDERLEIA ANTONIA ALVES SILVA

RESUMO
O processo de inclusão na educação infantil tem sido objeto de estudo e discussão em diversos âmbitos, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de suas habilidades, características ou necessidades específicas. Este artigo científico aborda as diferentes estratégias e desafios enfrentados no processo de inclusão na educação infantil, enfatizando a importância da formação docente, o papel da família, o uso de adaptações curriculares, métodos de avaliação inclusiva e a criação de um ambiente escolar acolhedor e estimulante para todas as crianças. A pesquisa trouxe resultados como a importância da conscientização e sensibilização do educador, seu olhar de empatia para todas as crianças, contribuindo assim para o processo de inclusão, sendo necessário também que o mesmo conheça efetivamente a legislação acerca do tema, afim de garantir o direito de todo cidadão a educação. A família, ao participar da vida escolar dos alunos com deficiência, traz para o educador a segurança e o apoio de que necessitam para tornar a escola um ambiente acolhedor e garantidor de direitos. A pesquisa também trará estudos de caso e pesquisas que evidenciam os benefícios da inclusão para o desenvolvimento social, emocional e acadêmico das crianças, assim como algumas ferramentas que podem ser utilizadas como suporte pedagógico especialmente na inclusão de alunos autistas, reforçando a importância do comprometimento de toda a comunidade escolar na promoção da inclusão na educação infantil.

Palavras-chave: Inclusão; Autismo; Equidade; Socialização; Respeito.

INTRODUÇÃO

A inclusão na educação infantil é um processo fundamental para garantir o desenvolvimento e o bem-estar de todas as crianças, independentemente de suas diferenças e particularidades. A educação inclusiva busca promover a participação ativa e igualitária de todas as crianças, valorizando a diversidade e incentivando a convivência harmoniosa em um ambiente de aprendizado.

Nesse sentido, o processo de inclusão na educação infantil envolve uma série de desafios e oportunidades que impactam diretamente a forma como as crianças são acolhidas, educadas e preparadas para a vida em sociedade. A inclusão exige ajustes estruturais e pedagógicos que possam atender às necessidades específicas de cada criança, garantindo que todas tenham acesso a uma educação de qualidade.

Além disso, a inclusão na educação infantil também implica em repensar a forma como as crianças com deficiência, transtornos do espectro autista, superdotação, entre outras particularidades, são tratadas e integradas no ambiente escolar. Isso demanda a implementação de políticas inclusivas, formação de professores, adaptações curriculares e estruturais, além de um comprometimento real com a promoção da igualdade e do respeito à diversidade.

O lúdico acompanha as crianças em toda a fase de desenvolvimento, seja ela desde sua gestação onde mães expressam seu carinho mesmo com o bebê dentro de seu ventre, onde chegam a cantar músicas de ninar, no acalanto de seus braços pra dormir, e até em brincadeiras elaboradas em família e em grupo de amigos. A fase de alfabetização em alunos é muito devagar, pois o mesmo ao chegar na sala se depara com situações talvez nunca vivenciadas em seus lares, pela falta de diálogo e a falta de informações vindas de revistas, jornais e meios de comunicação, já na escola tudo isso e colocado em prática as vezes de forma um pouco assustadora para as crianças (NOGUEIRA, 2007).

Portanto, é fundamental compreender o processo de inclusão na educação infantil como um investimento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as crianças tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento. Neste texto, vamos explorar em detalhes os desafios e as práticas inclusivas na educação infantil, destacando a importância de promover um ambiente acolhedor e estimulante, que permita

a todas as crianças crescerem e aprenderem juntas, independentemente de suas diferenças.

A inclusão na educação infantil é um tema cada vez mais presente e discutido nos dias de hoje. A ideia de garantir que todas as crianças tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de suas diferenças, é um princípio fundamental que vem sendo cada vez mais reconhecido e valorizado.

O processo de inclusão na educação infantil envolve uma série de desafios e demanda uma abordagem cuidadosa e individualizada. É preciso considerar as necessidades específicas de cada criança, respeitando suas diferenças e garantindo que todas tenham oportunidades iguais de aprendizado e desenvolvimento.

Um dos aspectos mais importantes da inclusão na educação infantil é a questão da acessibilidade. Isso significa garantir que as crianças com deficiência ou necessidades especiais tenham acesso a ambientes e materiais adequados às suas necessidades, assim como acesso a profissionais capacitados para apoiá-las em seu processo de aprendizagem.

Além da questão da acessibilidade, a inclusão na educação infantil também envolve a promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor, onde todas as crianças se sintam bem-vindas e respeitadas. Isso significa combater o preconceito e a discriminação, estimulando a convivência e o respeito mútuo entre as crianças, independentemente de suas diferenças.

Outro aspecto importante da inclusão na educação infantil é o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas, que atendam às necessidades de todas as crianças, respeitando suas individualidades e estimulando seu potencial de aprendizado. Isso pode envolver o uso de materiais e recursos diversificados, a adaptação de atividades e tarefas, e o apoio de profissionais especializados, como pedagogos, psicopedagogos e terapeutas.

A formação e a sensibilização dos professores e demais profissionais da educação também são fundamentais para o sucesso da inclusão na educação infantil. É preciso preparar esses profissionais para lidar com a diversidade de forma consciente e empática, garantindo que todas as crianças recebam o apoio e o estímulo necessários para seu desenvolvimento.

Machado (2001 apud Éris, 2024) afirma que existem profissionais que são conservadores no que se refere aos alunos com deficiência, ressaltando ainda mais o preconceito, que se torna tão latente no cotidiano escolar.

De acordo com Bastos e Kupfer (2010) o trabalho de inclusão escolar não pode ser realizado sem a inclusão dos professores, já que eles são uma ferramenta importante na sustentação desse lugar social que se pretende oferecer à criança, nesse caso, o lugar de aluno.

É importante ressaltar que a inclusão na educação infantil não se limita apenas às crianças com deficiência ou necessidades especiais. Ela também envolve a inclusão de crianças de diferentes origens étnicas, culturais, sociais e econômicas, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade e que promova o respeito à diversidade.

Em resumo, o processo de inclusão na educação infantil é um desafio que exige o comprometimento de toda a sociedade. É preciso garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, que respeite suas diferenças e promova seu desenvolvimento integral. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as crianças tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

FORMAÇÃO DOCENTE PARA TRABALHAR INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O professor é visto como mediador na construção do conhecimento, as suas práticas pedagógicas devem resultar em novos saberes e propiciar facilitação no desenvolvimento da aprendizagem. Éris (2024) define que “a escola por sua vez deve olhar para o seu espaço com o olhar da inclusão e não da diferença, contribuindo assim para que de fato a inclusão possa acontecer e obviamente o aluno com deficiência, possa se sentir parte integrante da rotina escolar e sem discriminações”.

A formação docente para trabalhar a inclusão na educação infantil é de extrema importância, visto que a inclusão escolar é um direito de todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, mentais, sociais, emocionais ou cognitivas. Nesse sentido, os professores que atuam na educação infantil devem estar preparados para acolher e educar todas as crianças, respeitando suas diferenças e promovendo um ambiente de apren-

dizagem inclusivo.
A formação docente para a inclusão na educação infantil deve abranger diversos aspectos, tais como a compreensão das diferentes necessidades das crianças, a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas, a criação de estratégias de ensino que atendam a diversidade, a promoção de relações inclusivas e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais para lidar com as diferenças.
É fundamental que os professores tenham conhecimento sobre as legislações e políticas educacionais que garantem o direito à inclusão, bem como sobre os recursos e estratégias pedagógicas disponíveis para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, entre outras condições.
Éris (2024) afirma que "a inclusão não depende só da escola para acontecer, mas de professores qualificados e dispostos a aprender, aprender e aprender, cada vez mais sobre as peculiaridades que envolvem o portador de necessidades especiais".
O termo lúdico tem aparecido frequentemente nas discussões sobre a nova perspectiva educacional voltada as séries iniciais do ensino fundamental. Tanto os professores quanto os teóricos da educação vêm tentando esclarecer a importância do brincar nos anos iniciais de qualquer criança. Para Nogueira (2007, p.9):

Através de atividades lúdicas o educando forma conceitos, seleciona ideias, estabelece lógicas, integra percepções, faz estimativa, vai socializando-se, promovendo situações que o leva a estabelecer relações sociais com o grupo ao qual está inserido, estimulando seu raciocínio no desenvolvimento de atitudes que exigem reflexões e enquanto função educativa proporciona a aprendizagem, seu saber, sua compreensão de mundo e seu conhecimento (NOGUEIRA, 2007, p.9).

Além disso, a formação docente para a inclusão na educação infantil deve proporcionar aos professores oportunidades de reflexão e debate acerca das questões relacionadas à diversidade, equidade, preconceito e discriminação, de forma a promover uma prática educativa que valorize e respeite a singularidade de cada criança.
A formação de professores, tanto a inicial como a continuada necessita produzir conhecimentos voltados para a prática docente que aprimorem respostas para atender as demandas da diversidade dos alunos presentes na escola. Associar teoria e prática é o caminho para formar professores capacitados para o pensamento crítico e reflexivo de sua ação pedagógica. (ARAÚJO, 2017).
Nesse sentido, é importante que os gestores das instituições de ensino invistam na formação continuada dos professores, oferecendo cursos, palestras, oficinas e outras atividades que contribuam para o aprimoramento profissional dos docentes no que diz respeito à inclusão na educação infantil.
Capellini e Mendes (2007, p. 123-124, apud Araújo, 2017) afirmam que para se obter êxito na inclusão escolar, devemos considera-la um processo e não um evento. Se faz necessário um planejamento cuidadoso, respeitando quantidade de alunos por sala de aula. Para os autores, a inclusão provoca a necessidade de uma mudança filosófica e possivelmente uma reestruturação fundamental dos sistemas escolares e das escolas.
A formação docente para a inclusão na educação infantil deve ser pautada na construção de uma cultura escolar inclusiva, que envolva toda a comunidade escolar – professores, alunos, pais, funcionários e gestores – no compromisso de garantir a educação de qualidade para todas as crianças, respeitando suas diferenças e promovendo a igualdade de oportunidades. Através deste processo, poderemos garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de aprender, conviver e se desenvolver plenamente, independentemente de suas características individuais.
Por fim, trago as palavras de Mantoan (2006, p. 55 apud Éris, 2024) "formação enfatiza a importância de seu papel, tanto na construção do conhecimento como na formação de atitudes e valores do cidadão. Por isso a formação vai além dos aspectos instrumentais de ensino".

O PROCESSO DE INCLUSÃO E ACOLHIMENTO DE PESSOAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) envolve um conjunto de transtornos neurodesenvolvimentais de causas orgânicas, caracte-

rizado por dificuldades de interação e comunicação que podem vir associadas a alterações sensoriais, comportamentos estereotipados e/ou interesses restritos. Sua manifestação é muito diversa e seus sinais, embora comumente presentes na infância, podem surgir somente quando as demandas sociais extrapolarem os limites de suas capacidades (American Psychiatric Association, 2013 apud SCHMIDT et al, 2016).

As pessoas autistas apresentam, em grande parte dos casos, uma ausência ou atraso na fala, porém há casos em que pessoas autistas conseguem uma boa comunicação oral. Eles também apresentam dificuldade na interação social e na socialização; dificuldade de estabelecer rotina, apresentando movimentos repetitivos e estereotipados. Demonstram fascínio por estímulos visuais, como luzes piscando, por exemplo, e aversões a gostos, cheiros, texturas (VOGEL, 2020).

Para Brande e Zanfelice (2012) "receber alunos com deficiência, mais especificamente, com transtornos globais do desenvolvimento, é um desafio que as escolas enfrentam diariamente, pois pressupõe utilizar de adequações ambientais, curriculares e metodológicas".

O processo de inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na educação é um desafio que requer atenção e cuidado por parte de toda a sociedade. O autismo é um transtorno do desenvolvimento que afeta a capacidade de comunicação e interação social, e variabilidade comportamental. Diante disso, é fundamental criar estratégias e políticas que permitam a participação plena e efetiva dessas pessoas no ambiente escolar.

Nas atividades lúdicas, as crianças estimulam os conhecimentos já adquiridos desenvolvendo os conceitos gerais com os quais brinca. É na ação de brincar que a criança propicia as aptidões perceptivas como meio de ajustamento do comportamento psicomotor (KISHIMOTO, 2002).

A metodologia de cunho qualitativo se configurou, em sua totalidade, em pesquisa bibliográfica, para investigar, descrever e analisar as opiniões dos autores Kishimoto (2002), Mello (2009), Souza (2011), Vygotsky (1991), Wallon (1986), entre outros, que contribuíram para embasar sobre o desenvolvimento do presente trabalho.

A inclusão de pessoas com autismo na educação é um direito assegurado por leis e tratados internacionais, que visam garantir o acesso à educação de qualidade a todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades e limitações. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta diversos desafios, que vão desde a falta de estrutura e recursos nas escolas até a necessidade de formação adequada para os profissionais da educação.

Para promover a inclusão e o acolhimento de pessoas com autismo na educação, é necessário adotar uma abordagem multidisciplinar e individualizada, que leve em consideração as necessidades específicas de cada aluno. Isso inclui a adaptação do currículo escolar, o uso de recursos de comunicação alternativa e a implementação de estratégias para a promoção da interação social e o desenvolvimento das habilidades cognitivas.

> [...] o correto conhecimento da realidade não é possível se certo elemento de imaginação, sem o distanciamento da realidade, das impressões individuais imediatas, concretas, que representam esta realidade nas ações elementares da nossa consciência (VYGOTSKY, 1996, p. 127).

Além disso, é fundamental promover a sensibilização e a conscientização de toda a comunidade escolar sobre o autismo, suas características e desafios. Isso pode contribuir para a criação de um ambiente mais acolhedor e inclusivo, no qual as pessoas com autismo se sintam respeitadas e valorizadas.

A formação dos profissionais da educação também desempenha um papel fundamental no processo de inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na escola. É necessário proporcionar aos educadores as ferramentas e habilidades necessárias para atender às demandas específicas desses alunos, bem como promover a construção de práticas pedagógicas inclusivas e voltadas para a diversidade.

De acordo com Araújo (2017) "o professor é um profissional em construção e cabe aos cursos de formação desses indivíduos garantir a oferta de subsídios teóricos e práticos para proporcionar sujeitos críticos-reflexivos para pensar, criar e recriar estratégias para uma escola inclusiva".

Além disso, a parceria com profissionais da

saúde e da área da psicologia pode ser de grande importância, principalmente no que se refere ao acompanhamento e monitoramento do desenvolvimento dos alunos com autismo, possibilitando a implementação de estratégias adequadas e a identificação de eventuais necessidades especiais.

A família também desempenha um papel fundamental nesse processo, uma vez que é essencial o apoio e a participação ativa dos pais e responsáveis no processo educacional de seus filhos. O compartilhamento de informações e a colaboração entre escola e família podem contribuir significativamente para o sucesso da inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na educação.

O correto conhecimento da realidade não é possível se certo elemento de imaginação, sem o distanciamento da realidade, das impressões individuais imediatas, concretas, que representam esta realidade nas ações elementares da nossa consciência (VYGOTSKY, 1996, p. 127).

É importante ressaltar que a inclusão e o acolhimento de pessoas com autismo na educação não se limitam apenas ao contexto escolar, mas devem se estender a todos os espaços e atividades sociais. A construção de uma sociedade mais inclusiva e capaz de acolher as diferenças é uma responsabilidade de todos, e a educação desempenha um papel fundamental nesse processo.

Em suma, o processo de inclusão e acolhimento de pessoas com autismo na educação é um desafio que demanda ações integradas e um compromisso coletivo com a promoção da diversidade e a garantia dos direitos de todos os indivíduos. A construção de uma educação inclusiva e voltada para a diversidade é um passo fundamental rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

Piaget (1978) trata os jogos infantis como meio pelo qual as crianças começam a interagir consigo mesmas e com o mundo externo, e chega a afirmar que "tudo é jogo durante os primeiros meses de existência, à parte algumas exceções, apenas, como a nutrição ou certas emoções como medo e a cólera (PIAGET, 1978, p.119)". Do nascimento até cerca de dois anos, as crianças estão na fase sensório motora, de acordo com Piaget:

> o que prevalece são os jogos de exercício que se constituem como exercícios adaptativos, onde a criança explora o mundo para 8onhece-lo e para desenvolver seu próprio corpo e depois de ter aprendido ela começa a fazê-los por puro prazer. Esse período se caracteriza pelo desenvolvimento pelas ações, nele existe uma inteligência prática e um esforço de compreensão das situações através das percepções e do movimento. Quando ela refaz por prazer tem início às primeiras manifestações lúdicas, de forma que ele chega a dizer que "por outras palavras, um esquema jamais é por si mesmo lúdico, ou não-lúdico, e o seu caráter de jogo só provém do contexto ou do funcionamento atual (PIAGET, 1978, p.120).

Santos et al (2014) sugere a utilização dos materiais montessorianos como recurso pedagógico para a efetiva inclusão de alunos autistas na escola regular de ensino. Segundo os autores, os materiais montessorianos permitem atividades de exploração sensorial, embora sejam objetos simples, mas que estimulam o raciocínio e são muito utilizados nos anos iniciais. Esse material também possibilita que os educadores desenvolvam atividades a partir do concreto e que também propicia a exploração de texturas, formas, encaixes, tamanho, e abra caminhos para que os educadores percebam os esquemas mentais formado pelo aluno e promova o desenvolvimento cognitivo.

A FAMÍLIA PARTICIPANDO DO DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO NO ÂMBITO ESCOLAR

A família é o primeiro e mais importante agente socializador para o desenvolvimento da criança, é neste contexto que a criança cresce, expõe seus sentimentos, experimenta as primeiras recompensas e punições e é através da família que ocorre a inserção do sujeito na sociedade (LAZZARETTI, FREITAS, 2016).

A participação da família no desenvolvimento inclusivo no âmbito escolar é fundamental para garantir o sucesso e a inclusão de todas as crianças. A família desempenha um papel crucial na promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo para os alunos com necessidades especiais, ajudando a escola a se tornar um local onde todos se sintam bem-vindos e valorizados.

Quando a família participa ativamente da vida escolar de seus filhos, isso mostra aos educadores que eles têm o apoio e envolvimento

dos pais, o que pode fazer uma grande diferença na forma como esses alunos são tratados e incluídos. A família pode compartilhar informações sobre as necessidades de seus filhos, suas preferências e habilidades, o que pode ajudar os professores a personalizar a educação de acordo com as necessidades individuais de cada aluno. De acordo com Barbosa (2011):

O envolvimento familiar traz, também, benefícios aos professores que, regra geral, sentem que o seu trabalho é apreciado pelos pais e se esforçam para que o grau de satisfação dos pais seja grande. A escola também ganha porque passa a dispor de mais recursos comunitários para desempenhar as suas funções, nomeadamente com a contribuição dos pais na realização de atividades de complemento curricular.

A criança não se limita a imitação do mundo adulto, elas reinventam a todo tempo, um novo mundo. Esse mundo tem um pouco do que recebe de informação e um pouco dela mesma e de seus gostos e paixões próprias (MORAIS E PÚBLIO, p.13).

Além disso, a família pode desempenhar um papel ativo na defesa da inclusão, participando de reuniões escolares, grupos de pais e comitês de inclusão. Eles podem compartilhar suas experiências e conhecimentos, oferecer suporte aos outros pais e educadores e ajudar a promover práticas inclusivas dentro da escola.

Lazzaretti e Freitas (2016) indicam que há a necessidade de a família estar em contato direto com a escola, já que a escola é uma instituição que complementa a família e juntas, tornam-se lugares propícios para o desenvolvimento de seus filhos e alunos. Para as autoras "ambas, família e escola, dependem uma da outra na tentativa de alcançar seus objetivos, possibilitando um futuro melhor para o filho e educando e, também, para a sociedade em geral".

A participação ativa da família no desenvolvimento inclusivo também pode ser vista no apoio constante em casa, na promoção de atividades inclusivas e na valorização da diversidade. A família pode ajudar a criar um ambiente acolhedor e inclusivo em casa, incentivando a empatia, a compreensão e a aceitação das diferenças.

Além disso, a família pode promover atividades inclusivas, buscando oportunidades para que seus filhos participem de eventos e programas que promovam a inclusão e a diversidade. Isso pode incluir a participação em eventos comunitários, em grupos de apoio e em atividades que promovam a igualdade de oportunidades para todos.

Em seus estudos, Oliveira (2015) nos aponta a importância da conscientização da família, no sentido de que ela faz parte do contexto em que o aluno está inserido e que exerce grande influência na vida do aluno. Para a autora "é essencial a conscientização dos educadores, não só para trabalhar com o aluno, mas também para promover o desenvolvimento familiar, de forma que a família se torne um agente no processo de integração/inclusão".

Ao valorizar e promover a diversidade, a família está ajudando a criar um ambiente inclusivo que beneficia não apenas seus próprios filhos, mas toda a comunidade escolar. A inclusão de todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades, enriquece a aprendizagem e promove um ambiente de respeito, compreensão e aceitação mútua.

Portanto, a participação da família no desenvolvimento inclusivo no âmbito escolar é fundamental para criar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os alunos. Ao trabalhar em estreita colaboração com os educadores, a família pode ajudar a promover a inclusão, a valorização da diversidade e a igualdade de oportunidades para todos, garantindo que cada aluno receba o apoio e os recursos necessários para alcançar seu pleno potencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, exploramos o processo de inclusão na educação infantil, um tema de extrema importância para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao longo do texto, analisamos os desafios e as dificuldades enfrentadas na implementação de estratégias de inclusão, bem como os benefícios e impactos positivos que a inclusão pode trazer para as crianças, suas famílias e a sociedade como um todo.

É inegável que a inclusão na educação infantil é um processo complexo e multifacetado, que demanda a atuação conjunta de diver-

sos atores - gestores escolares, professores, profissionais de saúde, famílias e comunidade. A diversidade de perfis e necessidades das crianças, aliada à falta de recursos e formação adequada, torna o desafio ainda maior.
No entanto, é fundamental ressaltar que a inclusão é um direito de todas as crianças, independentemente de suas diferenças. Garantir o acesso à educação de qualidade para todos, sem discriminação ou segregação, é uma questão de justiça e cidadania. Além disso, a inclusão traz benefícios para todas as crianças, pois promove o respeito à diversidade, o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.
Diante disso, é imprescindível que sejam adotadas políticas públicas que promovam a inclusão na educação infantil, garantindo recursos financeiros, formação continuada para os profissionais da educação e estrutura adequada nas escolas. Além disso, é necessário fomentar o diálogo e a parceria entre escola, famílias e comunidade, visando a construção de um ambiente escolar inclusivo e acolhedor.
Por fim, é importante ressaltar que a inclusão na educação infantil não se resume apenas à presença física das crianças na escola, mas também à garantia de uma educação de qualidade, que respeite e valorize as diferenças, oferecendo suporte e recursos necessários para o pleno desenvolvimento de todas as crianças. Somente assim, poderemos construir uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, P.C.A. Considerações sobre a formação docente na perspectiva da inclusão escolar. Educação, Artes e Inclusão, v. 13, n. 3, set/dez, 2017.

BARBOSA, J.S.B. A importância da participação familiar para a inclusão escolar. Orientadora Prof.ª Susana Silva Carvalho. 2011. 45p. Monografia (especialização) – curso de Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2011.

BASTOS, M.B. KUPFER, M.C.M. A escuta de professores no trabalho de inclusão escolar de crianças psicóticas e autistas. Estilos da Clínica, 2010, v. 15, n. 1, 116125.

BRANDE, C.A. ZANFELICE, C.C. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens. Educação em Revista, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 43-56, jan/abr, 2012.

ÉRIS, R.S. A inclusão do autista na escola regular: reflexões sobre a inclusão e seus desafios. Revista Tópicos, v. 2, n. 9, p. 1-12, 2024.

KISHIMOTO, Tizuko M. Jogo brinquedo, brincadeira e a educação.8 ed. São Paulo:
Cortez, 2005. MACEDO, Lino de, (org.). Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar. Porto Alegre, RS. Artmed, 2005.

LAZZARETTI, B. FREITAS, A.S. Família e escola: o processo de inclusão escolar de crianças com deficiências. Caderno Intersaberes, v. 15, n. 6, p. 1-13, jan/dez, 2016.

MALUF, Ângela C. M. Brincar: prazer e aprendizado. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, A.C. O papel da família no processo de inclusão escolar do aluno com transtorno do espectro autista. Orientadora: Me. Franciene Soares Barbosa de Andrade. 2015. 50p. Monografia (Especialização) – curso de Desenvolvimento
Humano, Educação e Inclusão Escolar, Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2015.

OLIVEIRA, Sílvio L. de. Tratado de metodologia científica. São Paulo: Pioneira, 2002.

OLIVEIRA, Vera B. de. (org.). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. 4 ed. São Paulo: Vozes, 2000.

PINTO, Marly R. Formação e aprendizagem no espaço lúdico. 2 ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

QUEIROZ, Tânia D; MARTINS, João Luís. Pedagogia lúdica: jogos e brincadeiras de A a Z. São Paulo: Rideel, 2011.

SANTOS, C.L.S.C. et al. Conhecendo o autismo no contexto da inclusão social: na flexibilidade curricular e métodos pedagógicos. Anais

Cintedi, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2014.

SANTOS, Santa M. P. dos. O brincar na escola: Metodologia Lúdico Vivencial, coletâneas de jogos, brinquedos e dinâmicas. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SCHILLER, Pam; ROSSANO. Joan. Ensinar e aprender brincando: mais de 750 atividades para educação infantil. Tradução: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SCHMIDT, C. et al. Inclusão escolar e autismo: uma análise da percepção docente e práticas pedagógicas. Teoria e Prática, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 225-235, jan/abr, 2016.

SILVA JUNIOR, Afonso G. da. Aprendizagem por meio da ludicidade. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

VOGEL, L.A. Autismo: conhecendo esse mundo. In: CUNHA, J. NYAMIEN, F.R.G. Oficinas pedagógicas para uma Educação Inclusiva. Toledo: Instituto Quero Saber, 2020. 206p.

WAJSKOP, Gisela. Brincar na pré-escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975.